



SIMULADO FINAL

TJ CE

Oficial De Justiça
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-CE**, cargo de **Oficial de Justiça**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/gQfHc2VEhuShJn177>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4x9byEf>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto 1**

Futebol, no Brasil, é como esses imigrantes que, de tal forma se afeiçoam ao país de adoção, a ponto de excederem em patriotismo os próprios nativos. E acabou mudando de nome. Quando eu era menina, os jornais já falavam no esporte, mas sob o seu nome inglês de *foot-ball*. Aos poucos os jornais foram adaptando não apenas o nome do esporte, mas a própria designação de *sport*, para esporte. *Goal keeper* passou a ser goleiro, *back*, beque; e traduziu-se, claro, esse *goal*, que também passou a ser simplesmente gol. Assim, através dos anos, aqueles que as folhas, de início, chamavam de “esporte bretão”, é hoje o esporte mais querido, exercido, praticado, estudado e sobretudo preferido, em todo o território nacional.

Ainda há poucos dias vi, numa foto de jornal, índios amazônicos nus, apenas com um cipó na cintura, jogando uma perfeita partida de futebol. Tinha até apito, instrumento que, tratando-se de índios, deve ser essencial. Em qualquer lugarejo perdido, se três ou quatro garotos se juntam, improvisam uma bola e se põem a chutar. Aliás, dizem é que desses meninos pobres de interior ou de subúrbio, que nascem os melhores craques. Eles não têm as obrigações escolares rígidas dos meninos classe-média, nem os pais, aspirações burguesas para os seus rapazes. Todos os nossos grandes craques se formaram assim, nas peladinhos de terreiro.

Mas houve um tempo em que as coisas eram muito diferentes. Quando o esporte apareceu aqui foi pela mão dos grã-finos (então chamados de “elite”). Lembro-me de uma cançoneta (os mais velhos devem recordar o gênero “cançoneta”, uma cantiga curta, celebrando ou referente a qualquer tema especial, infalível nos programas de festas escolares ou em representações de amadores, onde sempre aparecia um jovem cantando a sua cançoneta). Pois quero lembrar uma cançoneta por nome *Foot-ball* que diz assim: “Este esporte está na moda/ é de gosto internacional, os rapazes da alta-roda/ não conhecem outro igual”... Isso mesmo, os rapazes da alta-roda que o trouxeram da Inglaterra. Quando começou aqui, também só os grã-finos o praticavam. Um filho do escritor e acadêmico Coelho Neto, por nome Emanuel e

apelido de Mano, era jogador, e parece que foi morto em consequência de uma bolada no peito; o pai até escreveu um livro intitulado *Mano* dedicado ao filho, onde chorava a perda do rapaz e, creio, lhe cantava os méritos esportivos.

E, depressa, dos campos nos jardins dos ricos, o jogo foi se espalhando pelos fundos de quintal, pelos terreiros suburbanos. E, hoje, creio que em nenhum outro lugar do mundo o futebol é tão amado, tão assumido, tão brasileiro quanto o é no Brasil. Por isso é que a perda do “penta” (que já nos adoçava a boca, como conquista garantida) doeu tanto, foi quase um luto nacional. Vi senhoras idosas chorando, velhos burocratas falando tão agravados quanto se tivessem sofrido um golpe pessoal. Aliás, tudo quanto é brasileiro, da criança ao idoso, lamenta e chora a “usurpação” da Copa, feita pela França.

A sorte é que, ao início da nova temporada, as lágrimas se enxugam, as esperanças renascem. É o eterno ciclo da vida. Futebol é como a vida mesmo, se repete e se renova. Quem foi vencedor hoje pode estar entre os últimos, ano que vem. Pelo menos esta é a nossa esperança.

O mal pior é se perderem as coroas e as glórias que pareciam propriedades nossas. Imaginem se eles descobrem um novo rei, destronam Pelé? Falei “destronar” de propósito, pois que Pelé é realmente um príncipe, não só pelas suas qualidades de atleta, mas pelo seu comportamento social, pela dignidade que levou ao seu lugar de “primeiro jogador do mundo”, e pela gentil naturalidade com que exerce essa suserania. Todo o mundo não viu? Durante esses jogos da Copa 98, quando havia uma dúvida, quando se discutia uma jogada duvidosa, a quem o árbitro, ou os árbitros pediam a palavra decisiva? Claro que a Pelé, sempre oculto e sempre presente, porque Pelé não se exhibe. Mas está sempre ali; ainda no último domingo, numa hora crítica, o árbitro exclamou: “Vamos perguntar ao Pelé!” E como que abriu uma cortina, tirou de lá o Rei, que tranquilo, quase sorridente, como se pedisse desculpas por ser tão importante, deu a sua opinião (frisando o termo “opinião”), a qual, naturalmente, foi a sentença adotada.

Pelé não joga mais, aposentou-se. Uma das decorrências lamentáveis da sua real posição: rei não disputa, rei que se preza não briga, não tem preferências, tem que ser impecavelmente imparcial. Tal como faz Pelé. É como ficará fazendo, até ficar velhinho.

(Raquel de Queiroz)

1. De acordo com as ideias desenvolvidas no texto, assinale a opção correta.
- a) O futebol perdeu suas características estrangeiras assim que chegou ao Brasil, pois foi imediatamente incorporado às práticas populares.
 - b) A popularização do futebol ocorreu somente depois da aposentadoria de Pelé, quando o esporte deixou de ser praticado exclusivamente pelas elites.
 - c) A autora critica a apropriação do futebol pelos brasileiros, por considerar que a mudança dos termos ingleses descaracterizou o esporte.
 - d) O futebol, inicialmente associado às camadas mais ricas, difundiu-se entre diferentes grupos sociais e tornou-se parte da identidade nacional brasileira.
 - e) A formação dos grandes jogadores brasileiros é atribuída principalmente à disciplina escolar e às aspirações das famílias de classe média.
2. Considerando a correção gramatical e a manutenção do sentido original, assinale a opção que apresenta uma reescrita adequada do trecho “Quando começou aqui, também só os grã-finos o praticavam”.
- a) Quando começou aqui, o futebol também era praticado apenas pelos grã-finos.
 - b) Quando começou aqui, também somente os grã-finos lhe praticavam.
 - c) Quando começou aqui, haviam apenas grã-finos que praticava-o.
 - d) Quando começou aqui, somente os grã-finos praticavam-lhe também.
 - e) Quando começou aqui, o futebol também só era praticado aos grã-finos.
3. Admite a transposição para a voz passiva a seguinte oração
- a) Futebol é como a vida mesmo.
 - b) Mas houve um tempo em que as coisas eram muito diferentes.
 - c) Vamos perguntar ao Pelé!”
 - d) Imaginem se eles descobrem um novo rei.
 - e) Por isso é que a perda do “penta” doeu tanto.
4. Assinale a opção que apresenta erro de concordância verbal.
- a) A popularidade do futebol entre os brasileiros ultrapassa as diferenças sociais.
 - b) A maioria dos torcedores brasileiros considera o futebol parte da identidade nacional.
 - c) Faz muitos anos que o futebol deixou de ser praticado apenas pelas elites.
 - d) Devem existir poucas manifestações culturais tão populares quanto o futebol no Brasil.
 - e) Costumavam haver diversos campos improvisados nos quintais e nos terreiros suburbanos.
5. Quando começou aqui, também só os grã-finos o praticavam.
O conectivo destacado acima poderia ser corretamente substituído, mantendo o sentido original, por:
- a) Logo que
 - b) Eis que
 - c) À medida que
 - d) No dia que
 - e) Desde que
6. Assinale a opção em que a colocação do pronome oblíquo está de acordo com a norma-padrão.
- a) Poucos torcedores tinham conformado-se com a perda daquela Copa do Mundo.
 - b) Embora tornasse-se inicialmente popular entre as elites, o futebol logo alcançou as camadas mais pobres.
 - c) Nada poderia-lhe afastar da paixão que sempre demonstrou pelo futebol brasileiro.
 - d) Os brasileiros jamais deixarão de se identificar com as alegrias e as frustrações provocadas pelo futebol.
 - e) Ao perceber a repercussão da derrota, os cronistas se puseram a analisá-la, mas não haviam explicado-a satisfatoriamente.

7. Considerando a passagem do discurso direto para o indireto, assinale a opção correta para a reescrita do trecho: Pois quero lembrar uma cançoneta por nome Foot-ball que diz assim: “Este esporte está na moda/ é de gosto internacional, os rapazes da alta-roda/ não conhecem outro igual”...

- a) A cançoneta dizia que este esporte está na moda, seria de gosto internacional e os rapazes da alta-roda não conheceram outro igual.
- b) A cançoneta dizia que aquele esporte estava na moda, era de gosto internacional e que os rapazes da alta-roda não conheciam outro igual.
- c) A cançoneta dizia: aquele esporte esteve na moda, foi de gosto internacional e os rapazes da alta-roda não conheciam outro igual.
- d) A cançoneta dizia que esse esporte estaria na moda, fosse de gosto internacional e que os rapazes da alta-roda não conheceriam outro igual.
- e) A cançoneta dizia que aquele esporte está na moda, é de gosto internacional e que os rapazes da alta-roda não conhecessem outro igual.

8. Assinale a opção em que o emprego da vírgula está de acordo com a norma-padrão.

- a) O futebol que chegou, ao Brasil pelas mãos da elite, rapidamente se popularizou entre as camadas mais pobres.
- b) Os grandes jogadores brasileiros, formaram-se nas peladas disputadas em quintais e terreiros suburbanos.
- c) Embora inicialmente fosse praticado apenas pelos mais ricos, o futebol tornou-se uma paixão nacional.
- d) A autora considera, a identificação dos brasileiros com o futebol um fenômeno cultural marcante.
- e) A derrota na Copa do Mundo, provocou nos torcedores brasileiros um sentimento semelhante ao luto.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

9. Beatriz, Heitor, Lorena e Rafael são servidores de um fórum. Cada um deles está lotado em uma unidade diferente, entre arquivo, contadoria, distribuição e protocolo, e cada um cumpre plantão em um único dia da semana, de segunda a quinta-feira, não havendo dois servidores em plantão no mesmo dia. Sabe-se que:

- Heitor não está lotado na contadoria nem no protocolo;
- O servidor lotado na distribuição cumpre plantão na segunda-feira;
- Beatriz cumpre plantão dois dias depois do servidor lotado no arquivo;
- Lorena não cumpre plantão na segunda-feira;
- Rafael cumpre plantão na quarta-feira e não está lotado na contadoria.

Nessas condições, o servidor lotado na contadoria e o dia em que ele cumpre plantão são, respectivamente,

- a) Rafael e quarta-feira.
- b) Lorena e terça-feira.
- c) Heitor e segunda-feira.
- d) Beatriz e quinta-feira.
- e) Beatriz e quarta-feira.

10. Em um cartório judicial, o plantão diário é cumprido por três servidores, que se revezam sempre na mesma ordem: em um dia o plantão cabe a Amanda, no dia seguinte a Bernardo, no dia seguinte a Célia e, no dia seguinte a esse, o plantão volta a caber a Amanda, reiniciando o ciclo. O revezamento ocorre todos os dias, sem qualquer interrupção. Sabendo que, no dia 2 de março de determinado ano, uma segunda-feira, o plantão coube a Amanda, o servidor a quem caberá o plantão do dia 30 de abril desse mesmo ano e o dia da semana correspondente a essa data são, respectivamente,

- a) Amanda e sexta-feira.
- b) Célia e quinta-feira.
- c) Bernardo e quarta-feira.
- d) Célia e sexta-feira.
- e) Bernardo e quinta-feira.

11. Considere a sequência 4, 9, 8, 13, 16, 17, 32, 21, 64, 25, ... construída a partir de um padrão lógico. Nessa sequência, a soma do 12º termo com o 15º termo é igual a

- a) 165
- b) 285
- c) 545
- d) 537
- e) 541

12. A tabela a seguir apresenta o número de processos protocolados em uma unidade judiciária, por classe processual, no primeiro e no segundo trimestres de determinado ano.

Classe	1º trimestre	2º trimestre
Cobrança	315	280
Despejo	285	245
Execução fiscal	420	510
Inventário	180	240

A porcentagem que os processos de execução fiscal representam do total protocolado no segundo trimestre supera a porcentagem que eles representam do total protocolado no primeiro trimestre em

- a) 5 pontos percentuais.
- b) 7,5 pontos percentuais.
- c) 3,6 pontos percentuais.
- d) 14,3 pontos percentuais.
- e) 21,4 pontos percentuais.

13. O custo total de um serviço de digitalização de processos é de R\$ 5.000,00 e compõe-se de R\$ 2.400,00 de mão de obra, R\$ 1.600,00 de equipamentos e R\$ 1.000,00 de insumos. Se o custo da mão de obra aumentar 15%, o custo dos equipamentos aumentar 5% e o custo dos insumos for reduzido em 10%, o custo total desse serviço sofrerá um aumento de

- a) 3,3%.
- b) 6,4%.
- c) 6,8%.
- d) 8,8%.
- e) 10,0%.

14. A tabela a seguir apresenta a distribuição do número de audiências realizadas por dia em uma vara judicial, considerando todos os 25 dias úteis de determinado mês.

Número de audiências	Número de dias
1	3
2	6
3	7
4	6
5	3

Com base nesses dados, o desvio padrão do número diário de audiências realizadas nessa vara é igual a

- a) 0,96.
- b) 1,44.
- c) 4,00.
- d) 1,20.
- e) 1,22.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

15. Em relação aos direitos das pessoas com deficiência, considere as assertivas:

- I. Entende-se por pessoa com necessidades complexas de comunicação, aquela que, por qualquer motivo, tem dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação, necessitando de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar a interação social, o acesso à informação e a participação em atividades da vida cotidiana.
- II. É possível afirmar que um hotel construído antes da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que apresente risco estrutural caso venha a promover as adaptações para a acessibilidade, poderá deixar de fazê-lo, desde que comprove tal impossibilidade técnica mediante apresentação de laudo estrutural, o qual terá validade de 5 (cinco) anos.
- III. Quando se fala em curatela de pessoa com deficiência, essa constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, durará o menor tempo possível e afetará somente atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

16. Para os fins de aplicação da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, considere as seguintes situações hipotéticas relativas às barreiras e à infraestrutura urbana:

- I. Reforma em edifício de uso público que não dispõe de rotas acessíveis interligando a via pública aos seus principais serviços.
- II. Ausência de rebaixamento de calçadas em travessias de pedestres nas vias públicas do município.
- III. Veículo de transporte coletivo de passageiros cujo degrau de acesso impede o embarque de usuário em cadeira de rodas.

À luz dos conceitos e das regras dispostos na referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) A situação I caracteriza uma barreira nas comunicações, enquanto a situação III configura um impedimento de uso exclusivo dos serviços de transporte individual.
- b) Todas as situações apresentadas (I, II e III) configuram, respectivamente, exemplos de barreiras arquitetônicas, barreiras urbanísticas e barreiras nos transportes.
- c) A eliminação de barreiras disposta no item II é de responsabilidade facultativa do Poder Público municipal, sendo exigível apenas quando houver dotação orçamentária específica oriunda do Governo Federal.
- d) A situação I trata de barreira atitudinal, ao passo que a situação II refere-se a barreira nos transportes, sujeitas à regularização no prazo improrrogável de cinco anos.
- e) O rebaixamento de meio-fio previsto no item II enquadra-se no conceito legal de barreira de comunicação, devendo ser sinalizado exclusivamente por meio de alertas sonoros.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Tiago Zanolla

17. O chefe de determinada unidade administrativa tomou conhecimento de que um servidor, no exercício de suas atribuições, teria praticado conduta irregular que causou prejuízo a terceiro e que, em tese, também poderia configurar ilícito penal. Embora ainda não houvesse decisão judicial definitiva, a autoridade competente determinou a instauração de procedimento disciplinar.

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta.

- a) A apuração administrativa deverá ser suspensa até o trânsito em julgado do processo criminal, pois a responsabilidade penal prevalece sobre as demais.
- b) O chefe da unidade poderá deixar de representar à autoridade competente quando entender que a irregularidade não causou perturbação efetiva ao serviço estadual.
- c) As instâncias administrativa, civil e penal são independentes, podendo suas cominações ser cumuladas, sem prejuízo da adoção de providências para apuração dos ilícitos civil e penal.
- d) O servidor responderá diretamente perante o terceiro prejudicado, por meio de ação regressiva proposta antes da condenação definitiva da Fazenda Pública.
- e) A responsabilidade civil do servidor somente será caracterizada quando comprovados o dolo e o efetivo prejuízo ao patrimônio do Estado.

18. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, considerando a demanda judicial e a disponibilidade de recursos humanos e materiais, determinou que todos os processos de uma comarca vinculada passassem a tramitar na respectiva comarca sede. A comarca sede possui três unidades jurisdicionais instaladas.

Nos termos da Lei Estadual nº 16.397/2017, é correto afirmar que

- a) o protocolo de petições, o atendimento ao público e a expedição de certidões passarão a ser realizados exclusivamente na comarca sede.
- b) as audiências que exijam o comparecimento de pessoas serão realizadas preferencialmente na comarca vinculada, admitida sua transferência para a sede por razões de eficiência.
- c) o acervo processual da comarca vinculada deverá ser concentrado em uma única unidade da comarca sede, escolhida pela Presidência do Tribunal de Justiça.
- d) o acervo será distribuído entre as unidades da comarca sede, observados os critérios de competência aplicáveis aos demais feitos, permanecendo obrigatória a realização, na comarca vinculada, dos atos que exijam comparecimento de pessoas.
- e) a reunião dos acervos processuais equivale à transferência da comarca vinculada, razão pela qual somente poderá ser determinada mediante lei estadual.

19. Considere as seguintes situações relativas à elevação de comarcas no Estado do Ceará:

- I. A Comarca Alfa, de entrância inicial, possui exatamente 30.000 habitantes e média anual de 2.200 casos novos no último triênio considerado.
- II. A Comarca Beta, de entrância intermediária, possui exatamente 100.000 habitantes e média anual de 4.999 casos novos no último triênio considerado.

Com base na Lei Estadual nº 16.397/2017, assinale a alternativa correta.

- a) As duas comarcas preenchem os requisitos para elevação, pois a população mínima possui maior relevância do que a demanda judicial.
- b) Apenas a Comarca Beta preenche os requisitos, pois a elevação para a entrância final exige população mínima de 100.000 habitantes.
- c) Apenas a Comarca Alfa preenche os requisitos objetivos, podendo sua elevação ser efetivada por Resolução do Pleno do Tribunal de Justiça, aprovada por dois terços de seus membros, quando necessária à melhoria da prestação jurisdicional.
- d) Nenhuma das comarcas preenche os requisitos, pois os valores previstos na lei devem ser necessariamente superiores aos limites mínimos estabelecidos.
- e) A Comarca Alfa será automaticamente elevada, independentemente de deliberação do Tribunal de Justiça, por ter alcançado os requisitos legais de população e demanda.

20. Um servidor público estadual, estável e com mais de três anos de efetivo exercício, recebeu autorização para afastar-se por quatro anos, sem remuneração, a fim de tratar de interesses particulares. Após dezoito meses, a autorização foi cassada em razão do interesse do Sistema Administrativo. O servidor foi expressamente notificado para retornar ao serviço e, após reassumir suas funções, requereu novo afastamento dez meses depois.

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, é correto afirmar que

- a) o servidor deverá apresentar-se ao serviço no prazo improrrogável de 30 dias e poderá obter novo afastamento imediatamente após a reassunção.
- b) a autorização não poderá ser cassada antes do término do período concedido, pois o afastamento constitui direito adquirido do servidor.
- c) o servidor deverá apresentar-se no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, e somente poderá receber nova autorização após completar pelo menos um ano de efetivo exercício contado da reassunção.
- d) o servidor poderá receber nova autorização após seis meses de efetivo exercício, desde que a soma dos períodos de afastamento não ultrapasse quatro anos.
- e) a cassação da autorização somente seria possível se o servidor tivesse cometido infração disciplinar durante o afastamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. Considere que João é Presidente do Senado Federal; Maria é Presidente da República; e Janicleia é Procuradora-Geral da República. Conforme a Constituição, a doutrina e a jurisprudência, podem ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, apenas:

- a) João e Maria
- b) Maria e Janicleia
- c) João e Janicleia
- d) Janicleia
- e) João, Maria e Janicleia

22. Considere que a Associação Postulantes do Amor Não Hodiernamente Amado – APAMONHA pretende questionar a validade de um ato administrativo do Prefeito de Maracanaú, o qual, na visão dos associados, violou a moralidade administrativa. Conforme a Constituição e a legislação de regência, a APAMONHA pode ajuizar:

- a) ação popular
- b) *habeas data*
- c) ação direta de inconstitucionalidade
- d) ação civil pública
- e) mandado de segurança

23. São garantias dos juízes, exceto:

- a) vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício, quando da nomeação para tribunais pela regra do quinto constitucional
- b) inamovibilidade, admitida a remoção *ex officio* por decisão da maioria absoluta do Conselho Nacional de Justiça
- c) irredutibilidade de subsídios
- d) inamovibilidade, admitida a remoção *ex officio* por decisão da maioria absoluta do tribunal ao qual o juiz está vinculado
- e) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de efetivo exercício

24. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

- a) o crime político
- b) o *habeas corpus* contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados
- c) a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal
- d) o *habeas corpus* denegado por tribunal superior
- e) o conflito de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos

25. Considere as situações seguintes:

I – defender judicialmente os direitos das populações indígenas

II – representar a União em juízo

III – prestar consultoria jurídica a entidades públicas

IV – exercer o controle externo da atividade policial.

De acordo com a Constituição, são funções institucionais do Ministério Público, apenas:

- a) I e IV
- b) I, II e IV
- c) III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

26. Sobre a súmula vinculante, pode-se afirmar corretamente que:

- a) só pode ser editada pelo STF ou pelo STJ
- b) necessariamente trata de matéria exclusivamente jurídica, de natureza constitucional ou de lei federal
- c) para ser aprovada, precisa do voto favorável da maioria absoluta do tribunal
- d) em caso de descumprida, pode ser ajuizada reclamação
- e) produz efeitos vinculantes para a administração pública, mas não para o poder Judiciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. O Governador do Estado de Monte Claro inaugurou novo hospital regional construído com recursos públicos e determinou a divulgação ampla da obra em rádio, televisão, internet, painéis urbanos e jornais impressos. As peças publicitárias, custeadas pelo erário, traziam seu nome em destaque, fotografia ocupando a maior parte do espaço visual e o slogan: “Governador Augusto: a saúde tem dono”.

Paralelamente, a secretaria estadual de administração praticou determinado ato com repercussão externa sobre particulares, mas deixou de providenciar sua publicação oficial, entendendo que a assinatura da autoridade competente bastaria para torná-lo plenamente oponível a terceiros.

No que se refere ao princípio da publicidade, assinale a opção **correta**.

- a) A campanha institucional é legítima, porque a publicidade dos atos governamentais admite enaltecimento da autoridade responsável sempre que a obra pública seja efetivamente relevante para a população.
- b) A campanha institucional é ilegítima, pois a publicidade estatal deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; além disso, a publicidade pode constituir requisito de eficácia e de moralidade de atos com efeitos externos.
- c) A campanha institucional é válida, mas a ausência de publicação oficial invalida automaticamente todo e qualquer ato administrativo, ainda que não produza efeitos externos.
- d) A irregularidade existente diz respeito exclusivamente ao princípio da impessoalidade, já que a publicidade administrativa não se relaciona com a eficácia dos atos nem com a transparência perante os administrados.

e) A ausência de publicação oficial é juridicamente irrelevante, pois a publicidade representa faculdade da Administração, cuja observância se justifica apenas por conveniência política ou comunicacional.

28. No Município de Santa Helena, após sucessivas denúncias de risco à saúde da população, a prefeita determinou a intensificação da fiscalização em estabelecimentos comerciais que atuavam no ramo alimentício.

Durante a operação, agentes públicos competentes constataram que a empresa de Ricardo mantinha produtos com prazo de validade expirado, armazenava mercadorias em desacordo com exigências sanitárias e operava em condições capazes de comprometer a segurança dos consumidores. Com base na legislação aplicável, foram lavrados autos de infração, impostas multas, apreendidos produtos impróprios para consumo e determinada a interdição do estabelecimento até a regularização das irregularidades.

Em seguida, surgiu discussão entre os assessores do município: alguns afirmaram que tais medidas dependeriam sempre de autorização judicial prévia; outros sustentaram que o poder de polícia seria exclusivamente repressivo; houve ainda quem defendesse que ele seria sempre totalmente vinculado, sem qualquer espaço para discricionariedade administrativa.

No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) A atuação narrada configura exercício do poder de polícia, que pode se manifestar de forma preventiva e repressiva e ao qual se atribuem, em regra, discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- b) O poder de polícia é instituto exclusivamente repressivo, razão pela qual só se exterioriza após a prática consumada de infração administrativa, não abrangendo fiscalizações, licenças, autorizações ou condicionamentos prévios ao exercício de atividades privadas.

c) A apreensão de mercadorias, a imposição de multa e a interdição administrativa do estabelecimento somente poderiam ser validamente executadas após prévia autorização judicial, porque medidas coercitivo-materiais não se compatibilizam com a atuação direta da Administração.

d) O poder de polícia, por limitar liberdade e propriedade, é sempre integralmente vinculado, de modo que a Administração jamais pode avaliar conveniência, oportunidade, intensidade da medida ou adequação do meio de atuação escolhido.

e) O exercício do poder de polícia é exclusivo da Administração Direta centralizada, sendo incompatível com a atuação de entidades administrativas especializadas ou de órgãos dotados de atribuições fiscalizatórias específicas.

29. No que se refere aos elementos ou requisitos do ato administrativo, considerando sua estrutura, características e o regime jurídico-administrativo aplicável, assinale a opção **correta**.

- a) A competência administrativa, por ser atribuída ao agente público, pode ser livremente renunciada quando este entender que outro agente possui melhores condições técnicas ou operacionais para praticar o ato, desde que haja justificativa e não haja prejuízo ao interesse público;
- b) A finalidade do ato administrativo pode, em situações excepcionais e devidamente justificadas, ser direcionada exclusivamente ao interesse particular do administrado, desde que não haja afronta direta ao interesse público ou à legalidade;
- c) A forma do ato administrativo, em regra, é livre, podendo a Administração optar por qualquer meio de exteriorização da vontade, inclusive verbal ou tácito, independentemente de previsão legal específica;
- d) O motivo do ato administrativo consiste no conjunto de circunstâncias de fato e de fundamentos jurídicos que justificam sua edição,

devendo estar presente para assegurar a validade do ato e permitir o controle de legalidade;

- e) O objeto do ato administrativo corresponde ao efeito jurídico mediato produzido pelo ato, relacionado à finalidade pretendida pela Administração e aos resultados que se busca alcançar no interesse público.

30. Considerando as diferenças e as relações entre o controle administrativo, o controle legislativo e o controle judicial da Administração Pública, bem como alguns de seus principais instrumentos, assinale a alternativa **correta**.

- a) O controle administrativo é modalidade de controle externo, normalmente exercida pelo Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, e sua principal consequência consiste na sustação de atos administrativos considerados inoportunos, ainda que válidos, com exclusão de posterior apreciação judicial.
- b) O controle administrativo decorre do poder-dever de autotutela, incide sobre os próprios atos e atividades da Administração e permite, quanto ao conteúdo controlado, tanto o exame de legalidade quanto o exame de mérito, de modo que atos ilegais podem ser anulados e atos inconvenientes ou inoportunos podem ser revogados, sem prejuízo da apreciação judicial.
- c) O recurso administrativo constitui instrumento de controle judicial, porque pressupõe a atuação do Poder Judiciário para reapreciar, no interior da Administração, decisões proferidas por autoridades inferiores, em observância ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- d) O silêncio da Administração Pública, quando persiste sem prazo legal específico para manifestação, impede qualquer intervenção judicial até que a própria Administração decida livremente se e quando irá apreciar o pedido formulado pelo administrado.
- e) O controle legislativo, por possuir dupla natureza e alcançar alguns aspectos do mérito administrativo,

substitui integralmente o controle administrativo e afasta o controle judicial sempre que o Parlamento já tiver apreciado o ato administrativo questionado.

31. No âmbito da Administração Pública federal, três órgãos precisam participar de uma decisão administrativa referente a matéria relevante, mas a discordância entre eles está prejudicando a celeridade do processo decisório.

Considerando a disciplina da decisão coordenada na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **correta**.

- a) A decisão coordenada pode ser utilizada quando houver a participação de apenas dois setores, desde que a matéria seja considerada relevante pela autoridade competente.
- b) Para a adoção da decisão coordenada, basta que a matéria seja relevante ou que exista discordância prejudicial à celeridade, pois os requisitos legais são alternativos.
- c) A adoção da decisão coordenada transfere para a instância coletiva toda a responsabilidade pela decisão, afastando a responsabilidade originária dos órgãos participantes.
- d) A decisão coordenada deve observar os princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, podendo utilizar a simplificação do procedimento e a concentração das instâncias decisórias.
- e) A decisão coordenada pode ser utilizada nos processos licitatórios, nos processos relacionados ao poder sancionador e nos processos que envolvam autoridades de Poderes distintos, desde que haja urgência administrativa.

32. Considerando as regras da Lei nº 8.429/1992 relativas à representação para apuração de ato de improbidade administrativa, à comunicação do procedimento aos órgãos de controle e à indisponibilidade de bens, assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente o Ministério Público, o Tribunal de Contas ou o Conselho de Contas possui legitimidade para representar à autoridade administrativa, não se admitindo representação formulada por particular.
- b) Mesmo quando a representação atender a todos os requisitos legais, a autoridade administrativa poderá adiar indefinidamente a apuração dos fatos, segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- c) A rejeição da representação por ausência das formalidades legais impede que o representante apresente os mesmos fatos diretamente ao Ministério Público.
- d) A convocação e nomeação de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- e) A comissão processante deve comunicar ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas a existência do procedimento administrativo, podendo esses órgãos, mediante requerimento, designar representante para acompanhá-lo.

33. Com base nas disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 relativas à fase preparatória, ao concurso, aos critérios de julgamento e às hipóteses de contratação direta, assinale a alternativa **correta**.

- a) A fase preparatória do processo licitatório possui natureza essencialmente operacional, razão pela qual não precisa ser compatibilizada com o plano de contratações anual nem com as leis orçamentárias.
- b) No concurso, o edital poderá deixar de indicar a qualificação dos participantes e o prêmio ou a remuneração do vencedor, desde que apresente as diretrizes gerais do trabalho.
- c) A aquisição ou a locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha constitui hipótese de licitação dispensável.
- d) No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, poderão ser atribuídas notas a quesitos qualitativos por banca designada, conforme orientações e limites previstos no edital.
- e) A contratação que mantenha as condições de edital de licitação realizada há menos de um ano, na qual não tenham surgido interessados ou propostas válidas, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

34. Túlio, viúvo, faleceu deixando dois filhos, Breno e Camila, e um irmão, Otávio. Meses depois, uma empresa de cosméticos passou a veicular, sem autorização de quem quer que seja, campanha publicitária de seus produtos utilizando fotografia de Túlio. De acordo com o Código Civil, a utilização da imagem do falecido

- a) somente poderá ser impedida se comprovado que a campanha atingiu a honra, a boa fama ou a respeitabilidade de Túlio, não bastando, para tanto, a destinação comercial da utilização.
- b) poderá ser proibida a requerimento de Breno e Camila, sem prejuízo da indenização que couber, pois, em se tratando de morto, o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes são partes legítimas para requerer essa proteção.
- c) poderá ser proibida a requerimento de Otávio, pois a legitimação para requerer a proteção da imagem do morto alcança qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- d) não poderá ser impedida, pois os direitos da personalidade são intransmissíveis e extinguem-se com a morte do titular, restando aos familiares apenas pleitear reparação por dano reflexo, em nome próprio.
- e) admite exclusivamente medida destinada a fazer cessar a veiculação da campanha, vedada a cumulação com pedido de perdas e danos.

35. Para custear cirurgia de emergência de seu filho, vítima de grave acidente, Helena assumiu perante determinada clínica obrigação de pagamento em valor manifestamente exorbitante, sendo a situação de urgência conhecida pela contratada. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico celebrado por Helena

- a) é anulável por lesão, defeito que se configura quando alguém, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

b) é nulo de pleno direito, podendo o juiz pronunciar a nulidade de ofício, por se tratar de vício insuscetível de confirmação.

c) configura estado de perigo e é anulável, sujeitando-se o pleito anulatório a prazo decadencial de quatro anos, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.

d) configura estado de perigo e é anulável, contando-se o prazo decadencial de quatro anos do dia em que cessar a situação de perigo que premiu a declarante.

e) não poderá ser anulado se a clínica oferecer redução do valor cobrado a patamar compatível com os serviços prestados, solução expressamente prevista no Código Civil para o estado de perigo.

36. Vera e Paulo celebraram contrato de fornecimento no qual se estipulou, para a hipótese de total inadimplemento, cláusula penal compensatória em valor equivalente ao da obrigação principal. Paulo cumpriu parcela substancial da avença, inadimplindo apenas as entregas finais, mas Vera passou a exigir a pena integral, acrescida de indenização suplementar não convencionada, ao argumento de que seus prejuízos superariam o valor da multa. De acordo com o Código Civil,

a) a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, uma vez que a obrigação principal foi cumprida em parte.

b) a redução da penalidade constitui mera faculdade do juiz e depende de requerimento expresso do devedor.

c) a exigência da pena convencional por Vera pressupõe a alegação e a prova do prejuízo sofrido.

d) a indenização suplementar será devida independentemente de convenção, desde que Vera prove que o prejuízo excede o previsto na cláusula penal.

e) estipulada a cláusula penal para o total inadimplemento, Vera poderá cumular a exigência da pena com o desempenho da obrigação principal.

37. Caio adquiriu de Sônia, por contrato oneroso, determinado imóvel, constando do instrumento cláusula expressa de exclusão da responsabilidade pela evicção. Caio não foi informado de qualquer risco concreto relativo à titularidade do bem, nem o assumiu. Posteriormente, perdeu a propriedade em ação reivindicatória julgada procedente em favor de terceiro. De acordo com o Código Civil, Caio

- a) nada poderá reclamar de Sônia, pois a cláusula expressa de exclusão da garantia afasta por completo os efeitos da evicção.
- b) terá direito à restituição integral do preço e, ainda, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir, das despesas dos contratos, dos prejuízos diretamente resultantes da evicção e das custas e honorários advocatícios, como se não existisse a cláusula de exclusão.
- c) terá direito a receber o valor da coisa calculado ao tempo da celebração do contrato, ainda que inferior ao da época em que se consumou a evicção.
- d) não seria alcançado pela garantia da evicção se houvesse adquirido o imóvel em hasta pública.
- e) terá direito a receber o preço que pagou pela coisa evicta, uma vez que não soube do risco da evicção, nem, dele informado, o assumiu.

38. Eduarda prestou fiança, por escrito e sem limitação de tempo, para garantir obrigações assumidas por Renato em contrato de fornecimento, sem o consentimento do afiançado. Eduarda não renunciou ao benefício de ordem, nem se obrigou como principal pagadora ou devedora solidária. De acordo com o Código Civil,

- a) a fiança é inválida, pois depende do consentimento, ainda que tácito, do devedor afiançado.
- b) por se tratar de garantia pessoal, a fiança poderia ter sido ajustada verbalmente, admitindo-se, ademais, interpretação extensiva de seus termos.

c) demandada pelo pagamento, Eduarda poderá invocar o benefício de ordem em qualquer fase do processo, independentemente da nomeação de bens do devedor.

d) Eduarda poderá exonerar-se da fiança sempre que lhe convier, ficando obrigada por todos os efeitos da garantia durante sessenta dias após a notificação do credor.

e) se Eduarda houvesse se obrigado como principal pagadora, ainda assim lhe aproveitaria o benefício de ordem, ressalvada apenas a hipótese de insolvência do devedor.

39. De acordo com o Código Civil, no condomínio edilício,

- a) o condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito, se não houver previsão convencional de juros moratórios, aos juros de um por cento ao mês e à multa de até dois por cento sobre o débito.
- b) a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária depende da aprovação pela unanimidade dos condôminos.
- c) o condômino ou possuidor que reiteradamente não cumpre seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de três quartos dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quádruplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.
- d) a alteração da convenção depende da aprovação de metade mais um dos votos dos condôminos.
- e) o condômino ou possuidor cujo reiterado comportamento antissocial gerar incompatibilidade de convivência poderá ser constrangido a pagar multa correspondente ao dobro do valor atribuído à contribuição condominial, vedada estipulação superior.

40. Plínio faleceu sem deixar testamento, cônjuge ou companheira, tendo por únicos herdeiros seus três filhos, Marcos, Nara e Otto. Marcos, que tem dois filhos menores e dívidas vencidas, renunciou à herança por escritura pública. De acordo com o Código Civil,

- a) os filhos de Marcos herdarão, por direito de representação, a parte que caberia ao renunciante.
- b) com a renúncia, a parte de Marcos devolve-se aos herdeiros da classe subsequente, e não a Nara e Otto.
- c) a renúncia é ineficaz, pois deveria constar de termo judicial nos autos do inventário, não se admitindo escritura pública.
- d) os credores de Marcos, prejudicados pela renúncia, poderão, com autorização do juiz, aceitar a herança em nome do renunciante, habilitando-se no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato.
- e) Marcos poderia ter renunciado a apenas parte da herança, desde que o fizesse sob condição aceita pelos demais herdeiros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Giulian Salvador

41. Duas sociedades empresárias celebraram contrato para fornecimento de equipamentos. A contratante possui sede em Fortaleza, a fornecedora está domiciliada em Recife e a obrigação deveria ser cumprida em Salvador. O instrumento contratual, porém, elegeu o foro de Manaus, local que não possui qualquer relação com as partes ou com o negócio jurídico, apenas porque os advogados das empresas consideravam conveniente a jurisprudência daquele tribunal.

Surgido o conflito, a contratante ajuizou ação no foro eleito. Antes da apresentação de contestação, o magistrado constatou a ausência de vínculo entre a demanda e o foro escolhido.

De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) a cláusula de eleição de foro produz efeito, pois consta de instrumento escrito e alude expressamente ao negócio jurídico, sendo irrelevante a existência de vínculo entre o foro escolhido e a relação contratual.
- b) a cláusula de eleição de foro é ineficaz, mas a incompetência territorial somente poderá ser reconhecida caso seja alegada pelo réu em preliminar de contestação.
- c) o magistrado deverá intimar o autor para escolher livremente entre o foro de seu próprio domicílio e qualquer foro situado no local em que uma das partes desenvolva atividade empresarial.
- d) a eleição de foro não produz efeito, pois não guarda pertinência com o domicílio ou a residência das partes nem com o local da obrigação, e o ajuizamento em juízo aleatório constitui prática abusiva que autoriza a declinação da competência de ofício.
- e) a cláusula somente poderia ser afastada de ofício se estivesse inserida em contrato de adesão ou em relação de consumo e fosse desfavorável ao aderente ou consumidor.

42. Em contrato empresarial celebrado entre duas pessoas jurídicas plenamente capazes, foi inserida cláusula compromissória abrangendo todas as controvérsias decorrentes do negócio. Após o surgimento de desentendimento contratual, uma das empresas ajuizou ação perante o Poder Judiciário, sustentando a nulidade integral do contrato.

Regularmente citada, a ré apresentou contestação na qual discutiu apenas o mérito da pretensão, sem alegar a existência da convenção de arbitragem. Encerrada a fase postulatória, o juiz verificou, ao examinar os documentos, a presença da cláusula compromissória.

Nessa situação,

- a) o juiz deverá reconhecer de ofício a convenção de arbitragem e extinguir o processo sem resolução do mérito, por se tratar de pressuposto processual negativo.
- b) a ausência de alegação da convenção de arbitragem na contestação implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral, não podendo o magistrado conhecer da matéria de ofício.
- c) a alegação de nulidade do contrato acarreta necessariamente a nulidade da cláusula compromissória, que não possui autonomia em relação ao negócio jurídico principal.
- d) a existência da convenção de arbitragem poderá ser alegada pela ré a qualquer tempo e grau de jurisdição, por se tratar de matéria equivalente à incompetência absoluta.
- e) o juiz deverá suspender o processo e remeter os autos ao tribunal arbitral, ao qual compete, com exclusividade e mesmo diante da renúncia da ré, decidir sobre a validade da cláusula compromissória.

43. Uma sociedade empresária formulou pedido de tutela cautelar em caráter antecedente, demonstrando risco concreto de dissipação do patrimônio da devedora. O juízo deferiu e efetivou medida de arresto.

O pedido principal foi formulado nos mesmos autos depois de transcorridos 30 dias corridos da efetivação da medida, mas antes do encerramento do trigésimo dia útil. A autora não antecipou novas custas processuais.

Considerando o CPC e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a conduta da autora foi

- a) regular, pois o prazo para formulação do pedido principal possui natureza processual, deve ser contado em dias úteis e o pedido é apresentado nos mesmos autos, sem adiantamento de novas custas.
- b) irregular, pois o prazo possui natureza material e deve ser contado em dias corridos, cessando automaticamente a eficácia da tutela cautelar após o trigésimo dia.
- c) irregular, porque o pedido principal deveria ter sido deduzido em ação autônoma, mediante nova distribuição e recolhimento integral das custas iniciais.
- d) regular apenas se o pedido principal tiver sido formulado dentro de 15 dias úteis da efetivação da medida cautelar.
- e) regular porque a tutela cautelar antecedente se estabiliza caso o réu não interponha agravo de instrumento, tornando dispensável a formulação do pedido principal.

44. Consumidor ajuizou ação indenizatória contra empresa responsável por plataforma digital, afirmando que seu perfil profissional fora indevidamente bloqueado por uma decisão automatizada. Os registros do algoritmo, os critérios empregados e os dados técnicos da operação estavam exclusivamente sob o controle da empresa.

Na decisão de saneamento, o juiz manteve a distribuição ordinária do ônus da prova. Encerrada a instrução, sem que a empresa tivesse sido anteriormente advertida a respeito de eventual redistribuição, o magistrado proferiu sentença afirmando que, diante da maior facilidade da ré em produzir a prova, caberia a ela demonstrar a regularidade do bloqueio. Como a empresa não havia apresentado os registros técnicos, o pedido foi julgado procedente.

A respeito da distribuição do ônus da prova, a sentença é

- a) válida, porque o ônus da prova constitui regra de julgamento e sua distribuição dinâmica somente deve ser revelada no momento da sentença.
- b) válida, porque, nas relações de consumo, a inversão do ônus da prova opera automaticamente e independe de decisão judicial ou de prévia oportunidade de produção probatória.
- c) inválida, porque a distribuição dinâmica do ônus da prova somente pode ocorrer mediante requerimento expresso da parte interessada, sendo vedada sua determinação de ofício.
- d) inválida, porque o ônus de provar fatos constitutivos do direito do autor jamais poderá ser atribuído ao réu, ainda que este possua maior facilidade na obtenção da prova.
- e) inválida, porque, embora as peculiaridades da causa pudessem justificar a distribuição dinâmica, o juiz deveria tê-la determinado por decisão fundamentada e concedido à empresa oportunidade efetiva de se desincumbir do encargo.

45. Em ação de indenização por perdas e danos, o autor alegou ser proprietário de determinado equipamento industrial que teria sido indevidamente destruído pelo réu. Este sustentou que o bem lhe pertencia e que, portanto, não havia praticado ato ilícito.

A titularidade do equipamento foi objeto de amplo contraditório, produção documental, testemunhal e pericial. O juízo possuía competência material e pessoal para decidir eventual ação autônoma sobre o domínio do bem. Na sentença, o magistrado resolveu expressamente a controvérsia sobre a propriedade e, com fundamento nessa conclusão, julgou procedente o pedido indenizatório. A decisão transitou em julgado.

Posteriormente, o réu ajuizou ação declaratória para que fosse reconhecida sua propriedade sobre o mesmo equipamento. Nesse caso,

- a) a nova ação é admissível, porque apenas as questões constantes formalmente do dispositivo da sentença podem adquirir autoridade de coisa julgada.
- b) a nova ação é inadmissível, porque todos os fundamentos jurídicos e todas as afirmações sobre a verdade dos fatos constantes da sentença fazem automaticamente coisa julgada material.
- c) a questão da propriedade somente estaria coberta pela coisa julgada se o autor tivesse formulado expressamente uma ação declaratória incidental cumulada com o pedido indenizatório.
- d) a questão prejudicial nunca adquire força de coisa julgada, ainda que sua resolução seja indispensável ao julgamento do mérito e tenha sido objeto de contraditório efetivo.
- e) a resolução da questão relativa à propriedade pode adquirir autoridade de coisa julgada material, pois foi expressamente decidida, dela dependia o julgamento do mérito, houve contraditório prévio e efetivo e o juízo era competente para resolvê-la como questão principal.

46. Uma associação obteve sentença coletiva genérica contra o Estado, em ação que tramitou pelo procedimento comum perante Vara da Fazenda Pública. Após o trânsito em julgado, um dos beneficiários, cujo crédito individual era inferior a 60 salários mínimos, pretendeu promover o cumprimento individual da sentença perante o Juizado Especial da Fazenda Pública de seu domicílio.

O Estado não apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. O beneficiário, contudo, requereu a condenação do ente público ao pagamento de honorários advocatícios relativos à fase executiva.

Segundo os temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça,

- a) o cumprimento individual pode tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública em razão do valor do crédito, mas não são devidos honorários diante da ausência de impugnação.
- b) o cumprimento individual pode tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública e são devidos honorários, porque toda execução individual de sentença coletiva exige atividade cognitiva complementar.
- c) não é possível promover no Juizado Especial da Fazenda Pública a execução de título formado em ação coletiva que tramitou pelo rito ordinário, mas são devidos honorários na execução individual da sentença coletiva, ainda que não apresentada impugnação.
- d) não é possível promover a execução perante o Juizado Especial da Fazenda Pública e não são devidos honorários, pois a ausência de impugnação afasta a verba em qualquer cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.
- e) compete exclusivamente ao beneficiário escolher entre o Juizado Especial e a Vara da Fazenda Pública, sendo os honorários devidos apenas se houver impugnação total ou parcial do ente público.

47. Em ação de cobrança, o autor formulou dois pedidos cumulados. O réu reconheceu expressamente a existência e o valor da primeira dívida, mas contestou a segunda, cuja resolução dependia de prova pericial complexa.

O juiz julgou imediatamente procedente o primeiro pedido e determinou o prosseguimento da instrução quanto ao segundo. O réu pretende impugnar desde logo a decisão, enquanto o autor deseja iniciar a execução da parcela já reconhecida.

De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) a decisão é impugnável por agravo de instrumento, e a obrigação reconhecida pode ser liquidada ou executada provisoriamente, independentemente de caução, ainda que tenha sido interposto recurso.
- b) a decisão possui natureza de sentença e deve ser impugnada por apelação, ficando vedada qualquer execução até o julgamento definitivo do segundo pedido.
- c) a decisão é impugnável por agravo de instrumento, mas sua execução somente poderá ser iniciada depois do trânsito em julgado da decisão que resolver integralmente o processo.
- d) a decisão será impugnável por apelação se a obrigação reconhecida for líquida e por agravo de instrumento se depender de liquidação.
- e) a decisão não pode ser impugnada imediatamente, devendo sua validade ser questionada em preliminar da apelação interposta contra a futura sentença.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

48. João, sabendo que Pedro pretendia subtrair objetos de uma residência durante a madrugada, emprestou-lhe uma chave falsa e informou o horário em que os moradores costumavam se ausentar. Pedro, utilizando-se da chave falsa, ingressou no imóvel e subtraiu diversos bens. Posteriormente, constatou-se que João não participou da execução material da subtração, mas sua colaboração foi relevante para o sucesso da empreitada criminosa.

À luz do Código Penal, João

- a) não responderá pelo crime, pois não praticou diretamente o verbo núcleo do tipo penal.
- b) responderá pelo crime na condição de partícipe, desde que comprovado o vínculo subjetivo entre ele e Pedro.
- c) responderá apenas por favorecimento real, pois sua conduta ocorreu antes da consumação do crime.
- d) responderá por crime autônomo de associação criminosa, independentemente da existência de estabilidade e permanência.
- e) responderá como autor mediato, pois forneceu instrumento utilizado por Pedro na execução do delito.

49. Maria, com intenção de matar sua colega de trabalho Ana, coloca substância venenosa em sua bebida. Ana ingere pequena quantidade do líquido, mas é socorrida imediatamente por terceiros, recebendo atendimento médico eficaz, o que impede sua morte. Durante a investigação, fica comprovado que Maria pretendia efetivamente causar a morte de Ana.

Nessa situação, Maria deverá responder por

- a) lesão corporal grave, pois a morte não ocorreu.
- b) tentativa de homicídio, em razão da intenção de matar e do início da execução.
- c) perigo para a vida ou saúde de outrem, pois houve apenas exposição da vítima a risco.

d) homicídio culposo tentado, pois o resultado morte foi evitado por circunstâncias alheias à vontade da agente.

e) crime impossível, pois o socorro médico impediu a consumação do delito.

50. Carlos, mediante grave ameaça exercida com emprego de faca, obriga Paulo a entregar seu aparelho celular e sua carteira. Após a entrega dos bens, Carlos foge do local, mas é preso minutos depois por policiais, ainda na posse dos objetos subtraídos.

Considerando a jurisprudência dominante e as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Carlos praticou

- a) furto consumado, pois houve subtração de coisa móvel alheia.
- b) roubo tentado, pois não houve posse tranquila e desvigiada dos bens.
- c) roubo consumado, ainda que a posse dos bens tenha sido breve.
- d) extorsão consumada, pois a vítima foi obrigada a entregar os bens.
- e) apropriação indébita, pois os objetos foram entregues pela vítima ao agente.

51. Renata, com o objetivo de obter vantagem indevida, altera a data de nascimento constante em documento público verdadeiro, fazendo parecer que possui idade diversa da real. Em seguida, apresenta o documento adulterado perante órgão público estadual.

De acordo com o Código Penal, a conduta de Renata configura, em tese,

- a) falsificação de documento público.
- b) falsidade ideológica.
- c) uso de documento falso apenas, ficando absorvida a falsificação.
- d) falsa identidade.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

52. Durante uma festa, Júlio, maior e capaz, aproveitando-se do fato de Beatriz estar inconsciente em razão de ingestão excessiva de bebida alcoólica, pratica com ela ato libidinoso diverso da conjunção carnal, sem que ela pudesse oferecer resistência ou manifestar validamente sua vontade.

Com base no Código Penal, Júlio praticou

- a) importunação sexual, pois não houve conjunção carnal.
- b) estupro de vulnerável, pois a vítima não podia oferecer resistência.
- c) violação sexual mediante fraude, pois a vítima foi induzida em erro.
- d) assédio sexual, pois o ato ocorreu em contexto social.
- e) ato obsceno, pois a conduta ocorreu durante uma festa.

53. Antônio, servidor público estadual lotado em unidade administrativa vinculada ao Poder Judiciário, exige de um advogado o pagamento de determinada quantia para praticar ato de ofício que deveria realizar gratuitamente. O advogado, temendo prejuízo ao andamento de processo de seu cliente, efetua o pagamento.

Nessa situação, Antônio praticou o crime de

- a) corrupção passiva.
- b) corrupção ativa.
- c) prevaricação.
- d) concussão.
- e) advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

54. Após tomar posse em cargo no TJCE, para o qual foi aprovado em concurso público, Lucas participou de uma capacitação institucional sobre os efeitos da sucessão de normas processuais penais no tempo.

A respeito da aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) A lei processual penal aplica-se imediatamente aos processos em andamento, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) A lei processual penal somente alcança os processos iniciados após a sua entrada em vigor.
- c) A lei processual penal aplica-se apenas aos atos processuais praticados após a conclusão da fase em curso.
- d) A lei processual penal incide apenas sobre crimes praticados após sua vigência.
- e) A lei processual penal somente terá aplicação imediata quando favorecer o acusado.

55. Leandro praticou o crime de moeda falsa privilegiada (detenção, de seis meses a dois anos, e multa), infração de menor potencial ofensivo. Embora não seja reincidente, Leandro foi beneficiado há seis anos com suspensão condicional do processo.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Será possível celebrar acordo de não persecução penal, cabendo ao juiz homologá-lo.
- b) Será possível celebrar acordo de não persecução penal, a ser proposto pela autoridade policial.
- c) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, pois é cabível transação penal na hipótese.
- d) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a fé pública.
- e) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, pois Leandro já foi beneficiado com suspensão condicional do processo.

56. Sobre os sujeitos do processo penal, analise as afirmativas a seguir:

- I – O magistrado que mantiver relação de amizade íntima com uma das partes será considerado impedido de atuar no processo.
- II – O assistente de acusação poderá intervir enquanto não houver trânsito em julgado da sentença, recebendo a causa no estado em que se encontrar.
- III – O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.
- IV – Caso o acusado não possua defensor, o juiz nomeará um, podendo o réu constituir outro ou defender-se pessoalmente, caso tenha habilitação, desde que o faça até a prolação da sentença.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e IV
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) I e IV

57. André foi denunciado pela prática do crime de roubo majorado. Regularmente citado, constituiu advogado e apresentou resposta à acusação no prazo legal. Posteriormente, foi designada audiência de instrução e julgamento, sendo o acusado intimado pessoalmente para o ato. Apesar disso, André não compareceu e tampouco apresentou justificativa.

Nesse caso, de acordo com o CPP, é correto afirmar que:

- a) O juiz deverá suspender somente o curso do processo.
- b) O juiz deverá suspender o curso do processo e o prazo prescricional.
- c) A ausência de André não acarretará qualquer consequência processual.
- d) O processo seguirá sem a presença do acusado, em razão da revelia.
- e) O juiz deverá redesignar a audiência e determinar a condução coercitiva do acusado.

58. Patrícia foi denunciada pela suposta prática do crime de homicídio doloso qualificado. Encerrada a instrução da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, o magistrado concluiu que havia prova da materialidade do fato, mas afirmou não estar convencido da existência de indícios suficientes de autoria.

Nesse caso, é correto afirmar que o juiz deverá:

- a) pronunciar a acusada, cabendo ao Conselho de Sentença decidir sobre a autoria.
- b) impronunciá-la, sendo possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia fundada em provas novas.
- c) absolvê-la sumariamente, sendo possível nova denúncia caso surjam provas novas.
- d) absolvê-la sumariamente e, após a preclusão, formar-se-á coisa julgada material.
- e) impronunciá-la e, após a preclusão da decisão, haverá coisa julgada material.

59. Durante ação penal instaurada contra Marcelo pela suposta prática do crime de extorsão (Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa), a defesa requereu ao magistrado o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. O pedido foi indeferido pelo Juízo, que entendeu não ter ocorrido prescrição.

Inconformada, a defesa de Marcelo poderá:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.
- c) interpor recurso de apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.
- d) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.
- e) impetrar habeas corpus.

60. Sobre os Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I – Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não ultrapasse 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- II – A suspensão condicional do processo deverá ser obrigatoriamente revogada se, durante o período de prova, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal.
- III – A homologação da transação penal não faz coisa julgada material, de modo que, havendo descumprimento do acordo, a persecução penal poderá ser retomada.
- IV – Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir compromisso de comparecer, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) II e IV
- c) II e III
- d) I, III e IV
- e) I e IV

Discursiva

Texto Motivador:

O modelo de vida impulsionado desde o ano 2000 impôs um ritmo frenético às relações sociais e laborais. O indivíduo contemporâneo sente a necessidade constante de otimizar seu tempo, de modo que o ócio se tornou sinônimo de fracasso e a exaustão assumiu a forma de um troféu de dedicação. Essa lógica, contudo, cobra um preço alto da sociedade, ao elevar exponencialmente os transtornos mentais e transformar o repouso em um mero intervalo para restaurar forças produtivas.

Comando da Questão:

Com base na leitura do texto motivador e em seus conhecimentos sobre o tema, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, abordando o seguinte tema:

Aceleração social, produtividade e o esgotamento mental.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>